

**No. 28030**

---

**BRAZIL  
and  
CAPE VERDE**

**Trade Agreement. Signed at Praia on 10 May 1986**

*Authentic text: Portuguese.*

*Registered by Brazil on 18 April 1991.*

---

**BRÉSIL  
et  
CAPE VERDE**

**Accord de commerce. Signé à Praia le 10 mai 1986**

*Texte authentique : portugais.*

*Enregistré par le Brésil le 18 avril 1991.*

## [PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO COMERCIAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Cabo Verde,  
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Desejosos de estabelecer e intensificar as relações comerciais e econômicas entre os dois países com base nos princípios de igualdade, de benefícios mútuos e de equilíbrio razoável nas trocas comerciais, e

Inspirados pelo alto grau atingido nas relações amistosas e solidárias existentes entre os dois povos e governos,

Acordam o seguinte:

**ARTIGO I**

1. As Partes Contratantes, tendo em vista facilitar e desenvolver as trocas comerciais entre os dois países, concedem reciprocamente o tratamento de nação mais favorecida em tudo o que respeita a direitos aduaneiros, impostos e formalidades relativas à importação, exportação ou trânsito de mercadorias originárias dos seus territórios.

2. O disposto no parágrafo anterior não se aplica:

- a) às vantagens resultantes de uma união aduaneira, zona de livre comércio ou de outro agrupamento econômico de que uma das Partes Contratantes é ou possa vir a ser membro;
- b) aos direitos, privilégios e às vantagens que as Partes Contratantes tenham concedido ou concederem no futuro aos países vizinhos ou limítrofes com vistas a facilitar o comércio fronteiriço;

c) às medidas de prevenção ou de restrição impostas por uma ou por ambas as Partes Contratantes para a proteção da saúde humana, da fauna e da flora nos seus territórios.

#### ARTIGO II

1. A importação e a exportação de mercadorias serão efetuadas em conformidade com as disposições do presente Acordo e com as leis e regulamentos relativos às operações cambiais e de comércio externo em vigor nos dois países.

2. As transações comerciais, nos termos do presente Acordo, efetuar-se-ão na base de contratos concluídos entre as pessoas jurídicas de cada um dos países, legalmente autorizadas a efetuar operações de comércio externo.

#### ARTIGO III

Os produtos originários de uma ou de outra Parte Contratante poderão ser reexportados para terceiros países. No entanto, cada uma das Partes Contratantes se reserva o direito de proibir a reexportação de certos produtos a terceiros países, no momento da conclusão da operação comercial.

#### ARTIGO IV

Para a consecução dos objetivos do presente Acordo, as Partes Contratantes comprometem-se a assegurar oportunamente, através da Comissão Mista de Cooperação Brasileiro-Cabo-verdiana instituída pelo Tratado de Amizade e Cooperação, concluído pelas Partes Contratantes, a 7 de fevereiro de 1979, ou por via diplomática, um intercâmbio de informações sobre as suas disponibilidades de venda e necessidades de compra.

#### ARTIGO V

Os contratos comerciais celebrados no quadro do presente Acordo levarão em conta as condições de preço do mercado internacional e ficarão sujeitos às disposições legais vigentes em cada país.

ARTIGO VI

As questões relacionadas com transportes e fretes, decorrentes da aplicação do presente Acordo, serão resolvidas pelas Partes Contratantes, observando-se a legislação vigente sobre a matéria em cada um dos países.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes trocarão entre si todas as informações úteis ao desenvolvimento do comércio entre os seus países.

ARTIGO VIII

1. Qualquer divergência de critérios ou quaisquer problemas que se manifestem durante as negociações, ou no decorrer da execução de contratos de compra e venda, deverão tratar-se consoante o espírito do presente Acordo.

2. Em caso de ausência de cláusula específica de conciliação nos próprios contratos e de subsistirem controvérsias substanciais entre empresas e entidades brasileiras e cabo-verdianas que ameacem alterar o desenvolvimento normal do intercâmbio comercial, proceder-se-á a uma conciliação em nível de representantes governamentais de ambas as Partes Contratantes.

ARTIGO IX

1. A Comissão Mista de Cooperação Brasileiro-Cabo-verdiana, será responsável pelo acompanhamento da execução do presente Acordo.

2. As Partes Contratantes efetuarão consultas periódicas, no âmbito da Comissão Mista de Cooperação Brasileiro-Cabo-verdiana, destinadas a avaliar os resultados dos compromissos assumidos em decorrência do estabelecido no presente Acordo.

ARTIGO X

As Partes Contratantes outorgar-se-ão reciprocamente, de acordo com as respectivas legislações, as facilidades necessárias para a realização de feiras, exposições, missões comerciais e visitas de empresários. Nesse quadro, autorizarão, nos termos das leis e regulamentos em vigor sobre a matéria em cada país, a insenção de impostos e taxas aduaneiras das mercadorias e outros artigos destinados a tais eventos.

ARTIGO XI

O presente Acordo entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação.

ARTIGO XII

O presente Acordo terá uma vigência de cinco anos, prorrogável automaticamente por períodos iguais e sucessivos, salvo se uma das Partes Contratantes comunicar à outra, por nota diplomática, a sua decisão de denunciá-lo. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data do recebimento da respectiva notificação.

ARTIGO XIII

A denúncia do presente Acordo não afetará a produção de efeitos dos contratos em execução na data em que ela tenha lugar, nem porá em causa a validade das obrigações contraídas na vigência do presente Acordo e ainda não cumpridas, salvo se as Partes Contratantes convierem diversamente.

ARTIGO XIV

O presente Acordo poderá ser modificado por mútuo consentimento das Partes Contratantes. Cada Parte Contratante notificará a outra do cumprimento das formalidades internas necessárias à aprovação das modificações, as quais entrarão em vigor na data do recebimento da segunda notificação.

Feito na Cidade da Praia, aos 10 dias do mês de maio de 1986,  
em dois originais, em português, sendo ambos os textos  
igualmente autênticos.

Pelo Governo  
da República Federativa do Brasil:  
[Signed — Signé]  
ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Pelo Governo  
da República de Cabo Verde:  
[Signed — Signé]  
SILVINO MANUEL DA LUZ

---

[TRANSLATION — TRADUCTION]

**TRADE AGREEMENT<sup>1</sup> BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF CAPE VERDE**

---

The Government of the Federative Republic of Brazil and  
The Government of the Republic of Cape Verde  
(Hereinafter referred to as the "Contracting Parties")

Wishing to establish and strengthen trade and economic relations between their two countries, based on the principles of equality, mutual benefit and a reasonable balance in trade relations,

Motivated by the close relations of friendship and solidarity that exist between their respective peoples and Governments,

Have agreed as follows:

*Article I*

1. The Contracting Parties with a view to facilitating and developing trade between their two countries, shall grant each other most-favored nation treatment in all matters relating to customs duties, taxes and formalities connected with the import, export or transit of goods originating in their territories.

2. The provisions of the preceding paragraph shall not apply:

a) To advantages resulting from a customs union, free trade area or other economic grouping to which one of the Contracting Parties is or might become a member;

(b) To any rights, privileges and advantages which the Contracting Parties have granted or may grant in future to neighboring or bordering countries in order to facilitate frontier trade;

(c) To preventive or restrictive measures imposed by one or both Contracting Parties in order to protect human health, fauna and flora in their territories.

*Article II*

1. Goods shall be imported and exported in accordance with the provisions of this Agreement and with the laws and regulations in force in the two countries concerning exchange operations and foreign trade.

2. Commercial transactions under this Agreement, shall be carried out on the basis of contracts concluded between legal entities in each of the countries who are legally authorized to engage in foreign trade operations.

*Article III*

Products originating in either Contracting Party may be reexported to third countries. However, each Contracting Party reserves the right to prohibit the

---

<sup>1</sup> Came into force on 4 May 1990 by the exchange of the instruments of ratification, which took place at Praia, in accordance with article XI.

re-export of certain products to third countries at the time of conclusion of the commercial transaction.

#### *Article IV*

In order to achieve the aims of this Agreement, the Contracting Parties undertake to ensure each year a timely exchange of information on their availability of goods for sale and their purchasing requirements, through the Brazil - Cape Verde Joint Cooperation Commission set up by the Treaty of friendship and cooperation concluded by the Contracting Parties on 7 February 1979<sup>1</sup> or through the diplomatic channel.

#### *Article V*

Commercial contracts concluded within the framework of this Agreement shall take into account price conditions on the international market and shall be subject to the legal provisions in force in each country.

#### *Article VI*

Questions relating to carriage and freight arising from the implementation of this Agreement shall be settled by the Contracting Parties, in accordance with the relevant legislation in force in each country.

#### *Article VII*

The Contracting Parties shall exchange any information useful for the development of trade between their countries.

#### *Article VIII*

1. Any difference of opinion or any problem arising during negotiations or during the implementation of contracts of purchase and sale shall be dealt within the spirit of this Agreement.

2. If contracts lack a specific clause on conciliation and if substantial differences of opinion persisting between Brazilian and Cape Verde firms and entities, threaten to affect the normal conduct of trade, conciliation provisions shall be set in motion between Government representatives of the two Contracting Parties.

#### *Article IX*

1. The Brazil - Cape Verde Joint Cooperation Commission shall be responsible for monitoring the implementation of this Agreement.

2. The Contracting Parties shall hold periodic consultations, in the framework or the Brazil - Cape Verde Joint Cooperation Commission, to evaluate the results of the undertakings made pursuant to this Agreement.

#### *Article X*

The Contracting Parties shall grant each other, in accordance with their respective legislation, the necessary facilities for organizing trade fairs, exhibitions, trade missions and visits by members of the business community. Subject to the relevant laws and regulations in force in each country, they shall authorize exemption from taxes and customs duties for any goods and other articles intended for such events.

---

<sup>1</sup> United Nations, *Treaty Series*, vol. 1285, p. 243.

*Article XI*

This Agreement shall enter into force on the date of exchange of the instruments of ratification.

*Article XII*

This Agreement shall remain in force for a period of five years and shall be renewed automatically for further five-year periods unless one of the Contracting Parties notifies the other in writing through the diplomatic channels of its decision to terminate it. Such termination shall take effect six months after the date of receipt of the corresponding notification.

*Article XIII*

Termination of this Agreement shall not prevent contracts in force on the date or termination from producing effects, nor call into question the validity of obligations entered into under the Agreement and still outstanding, unless the Contracting Parties agree otherwise.

*Article XIV*

This Agreement may be amended by mutual consent of the Contracting Parties. Each Contracting Party shall notify the other of completion of the domestic formalities necessary for approval of the amendments, which shall enter into force on the date of receipt of the second notification.

DONE in the City of Praia on 10 May 1986, in duplicate in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government  
of the Federative Republic of Brazil:

[Signed]

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

For the Government  
of the Republic of Cape Verde:

[Signed]

SILVINO MANUEL DA LUZ

## [TRADUCTION — TRANSLATION]

**ACCORD<sup>1</sup> DE COMMERCE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU CAP-VERT**

---

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République du Cap-Vert

(Ci-après dénommés « les Parties contractantes »),

Désireux d'établir puis de resserrer les relations commerciales et économiques entre les deux pays sur la base des principes de l'égalité, de l'avantage mutuel et de l'équilibre raisonnable des échanges commerciaux, et

Inspirés par la haute qualité des relations d'amitié et de solidarité existant entre les deux peuples et les deux gouvernements,

Sont convenus de ce qui suit :

*Article premier*

1. Dans le dessein de faciliter et de développer les échanges commerciaux entre les deux pays, les Parties contractantes s'accordent réciproquement le traitement de la nation la plus favorisée en tout ce qui touche aux droits de douane, taxes et formalités relatifs à l'importation, l'exportation ou le transit des marchandises originaire de leurs territoires.

2. Les dispositions du paragraphe ci-dessus ne s'appliquent :

a) Ni aux avantages résultant d'une union douanière, zone de libre échange ou tout autre groupement économique dont l'une ou l'autre Partie contractante est ou pourrait devenir membre;

b) Ni aux droits, priviléges ou avantages que les Parties contractantes ont accordés ou accorderaient dans l'avenir aux pays voisins ou limitrophes en vue de faciliter le commerce frontalier;

c) Ni aux mesures de prévention ou de restriction imposée par l'une des Parties contractantes ou par les deux en vue de protéger la santé des êtres humains ainsi que la faune et la flore dans leurs territoires.

*Article II*

1. L'importation et l'exportation des marchandises s'effectueront conformément aux dispositions du présent Accord ainsi qu'aux lois et règlements relatifs aux opérations de change et de commerce extérieur en vigueur dans les deux pays.

2. Les opérations commerciales, aux termes du présent Accord, s'effectueront sur la base de contrats conclus entre les personnes morales de chacun des deux pays qui sont légalement habilitées à effectuer des opérations de commerce extérieur.

<sup>1</sup> Entré en vigueur le 4 mai 1990 par l'échange des instruments de ratification, qui a eu lieu à Praia, conformément à l'article XI.

### *Article III*

Les produits originaires de l'une ou l'autre Partie contractante pourront être réexportés à destination de pays tiers. Cependant, chacune des Parties contractantes se réserve le droit d'interdire, au moment de la conclusion d'une opération commerciale, la réexportation de certains produits vers des pays tiers.

### *Article IV*

Afin d'atteindre les objectifs du présent Accord, les Parties contractantes s'engagent à effectuer en temps opportun et chaque année, par l'entremise de la Commission mixte de coopération brasilo - cap-verdienne instituée par le Traité d'amitié et de coopération conclu entre les Parties contractantes le 7 février 1979<sup>1</sup>, ou bien par la voie diplomatique, un échange d'informations concernant leurs disponibilités à la vente et leurs besoins en matière d'achats.

### *Article V*

Les contrats commerciaux conclus dans le cadre du présent Accord tiendront compte des prix du marché international et seront subordonnés aux dispositions légales en vigueur dans chaque pays.

### *Article VI*

Les questions liées aux transports et aux frets, résultant de l'application du présent Accord, seront réglées par les Parties contractantes dans le respect de la législation en vigueur en la matière dans chacun des deux pays.

### *Article VII*

Les Parties contractantes échangeront entre elles toutes les informations utiles pour le développement du commerce entre les deux pays.

### *Article VIII*

1. Toutes les divergences de vues et tous les problèmes qui se manifesteraient dans la négociation ou l'exécution des contrats d'achat/vente devront être réglés conformément à l'esprit du présent Accord.

2. En cas d'absence d'une clause particulière de conciliation incluse dans les contrats et de persistance de différends substantiels entre les entreprises ou entités du Brésil et du Cap-Vert, qui menaceraient de compromettre le déroulement normal des échanges commerciaux, il sera procédé à une conciliation au niveau des représentants gouvernementaux des deux Parties contractantes.

### *Article IX*

1. La Commission mixte de coopération brasilo - cap-verdienne aura la charge de veiller à l'exécution du présent Accord.

2. Les Parties contractantes procéderont à des consultations périodiques dans le cadre de la Commission mixte de coopération brasilo-cap-verdienne, en vue d'évaluer les résultats des conventions conclues en application des dispositions du présent Accord.

<sup>1</sup> Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1285, p. 243.

*Article X*

Les Parties contractantes s'accorderont réciproquement, conformément à leurs législations respectives, les facilités nécessaires pour l'organisation de foires, expositions, missions commerciales et visites de chefs d'entreprises. A cet effet, elles autoriseront, conformément aux lois et règlements en vigueur en la matière dans chaque pays, l'exemption de taxes et de droits de douane pour les marchandises et autres articles destinés à ces manifestations.

*Article XI*

Le présent Accord entrera en vigueur à la date de l'échange des instruments de ratification.

*Article XII*

Le présent Accord aura une durée de cinq ans et sera automatiquement reconduit pour des périodes successives de même durée à moins que l'une des Parties contractantes ne notifie à l'autre, par note diplomatique, sa décision de le dénoncer. La dénonciation prendra effet six mois après la date de réception de sa notification.

*Article XIII*

La dénonciation du présent Accord ne compromettra pas la production des effets des contrats en cours d'exécution à la date à laquelle elle aura lieu et ne mettra pas non plus en cause la validité des obligations contractées pendant la durée du présent Accord et jusque-là non exécutées, sauf si les Parties contractantes en sont convenues autrement.

*Article XIV*

Le présent Accord pourra être modifié avec le consentement mutuel des Parties contractantes. Chacune des Parties contractantes notifiera à l'autre l'exécution des formalités internes nécessaires à l'approbation des modifications, qui entreront en vigueur à la date de réception de la deuxième de ces notifications.

FAIT en la ville de Praia, le 10 mai 1986, en deux exemplaires originaux en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement  
de la République fédérative du Brésil :

[Signé]

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Pour le Gouvernement  
de la République du Cap-Vert :

[Signé]

SILVINO MANUEL DA LUZ